

## Arquivo Distrital de Braga Memorando\*

O Arquivo Distrital de Braga (ADB) foi criado em 1917, anexo à Biblioteca Pública de Braga, na sequência da Lei da Separação de 1911, que ordenou a transferência para a posse do Estado dos Cartórios Eclesiásticos.

Em 1931 a instituição passou a denominar-se Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, tendo sido integrada em 1975 na Universidade do Minho que em 1978 de novo as cindiu, passando a constituir duas unidades culturais distintas.

O Arquivo Distrital funcionou inicialmente no antigo convento dos Congregados, passando em 1934 para as actuais instalações (antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, restaurado para o efeito), que partilha com a Biblioteca Pública de Braga.

---

\* Documento elaborado a pedido da Reitoria da Universidade do Minho, para ser entregue, acompanhado de um dossier, à Senhora Ministra da Cultura e ao Senhor Director Geral dos Arquivos, antes da visita ao Arquivo Distrital de Braga, realizada em 16 de Fevereiro de 2007.

Deve referir-se que a Universidade do Minho, sobretudo nas suas duas primeiras décadas de existência, investiu fortemente no edifício onde estão instaladas estas unidades culturais: substituição de grande parte dos telhados, limpeza da fachada, conservação das portas e janelas, renovação da instalação eléctrica, instalação de sistemas de detecção de incêndios e intrusão, aquisição de estantes, mobiliário e outro equipamento (fotocopiadores, desumidificadores, condicionadores, etc.) e informatização, para além de contratação de pessoal.

O seu quadro de funcionários, claramente insuficiente, é constituído por 6 técnicos profissionais de Arquivo e 5 funcionários administrativos, sendo a direcção dos serviços assegurada transitoriamente pelo director da Biblioteca Pública de Braga. Esta instituição não tem, actualmente, qualquer técnico superior de arquivo!

O Arquivo Distrital de Braga é um arquivo nacional que tem como fim fundamental a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património arquivístico que tem à sua guarda, bem como a execução da política arquivística nacional, nomeadamente a nível distrital, já que além de exercer todas as funções que lhe estão cometidas por lei ou regulamento, tem incorporado com a regularidade possível documentação proveniente dos cartórios do Registo Civil e Notarial, dos Tribunais Judiciais e de outras instituições públicas do distrito de Braga.

Os seus fundos iniciais foram constituídos pelo Cartório do Cabido Bracarense, Arquivo da Sé, Cartório da Mitra, Cartório da Câmara Eclesiástica, documentos dos extintos mosteiros e conventos, cartórios dos hospitais, confrarias e misericórdias do distrito, cartórios paroquiais, etc.

Posteriormente, a incorporação de outros fundos documentais, nomeadamente a do arquivo particular e diplomático do Conde da Barca (mais de 3 mil documentos, de 1796 a 1817) e da colecção de manuscritos da Biblioteca Pública de Braga, veio enriquecer significativamente o espólio desta instituição, já detentora do mais antigo e rico de todos os cartórios eclesiásticos portugueses (o Cartório do Cabido Bracarense), sendo por isso considerado o mais importante arquivo nacional, logo a seguir à Torre do Tombo.

A relevância deste acervo documental faz com que acorra a este Arquivo um conjunto numeroso de investigadores, nacionais e estrangeiros, em especial

da área científica de História, nos seus diversos domínios (genealógica, económica, artística e religiosa), da literatura ou mesmo da sociologia, tendo dado origem a inúmeras dissertações de doutoramento e mestrado.

O ADB exerce ainda um serviço público essencial à comunidade que se traduz na emissão de certidões de documentação judicial, na realização de averbamentos em geral (registo civil e notariado) e nas transcrições de assentos no registo paroquial e civil, que consome grande parte da sua actividade diária e do trabalho dos seus funcionários. Para a concretização destes serviços o ADB recorre à fotocópia, à fotografia, à microfilmagem e à digitalização dos documentos que lhe são solicitados ou que se revela necessária para a sua preservação, justificando a transferência de suporte.

De entre o riquíssimo e abundante recheio documental deste Arquivo deve destacar-se o "Liber Fidei" (cartulário pergamináceo que recolhe a transcrição de 953 documentos dos séc. IX ao XIII), o "Livro das Cadeias" (códice em pergaminho do séc. XIV relativo aos bens e privilégios da igreja de Braga), "Rerum Memorabilium" (séc. XVI), o "Livro dos testamentos" (sécs. XIII e XIV), "Mapa das Ruas de Braga" (1750) o "Breviário de Soeiro" (séc. XV), um "Livro de Horas" (séc. XV) e a confirmação do Couto de Braga por D. Afonso Henriques (pergaminho de 27 de Maio de 1128, conhecido como *acta da fundação da nacionalidade*). Nos manuscritos releve-se o espólio do poeta João Penha, com inéditos e correspondência.

Os fundos documentais do ADB dividem-se em arquivos públicos e arquivos privados, ocupando mais de 4 km de estantes.

A maior parte das colecções do ADB possui inventários e diversos instrumentos de pesquisa (alguns dos quais índices e catálogos antigos), estando em constituição diversas bases de dados das 34 colecções documentais identificadas.

No *site* do ADB, que se encontra em remodelação, está já disponível a base de dados das "Inquirições de Genere", estando prestes a nela serem disponibilizadas as da "Colecção Cronológica", das "Gavetas do Cabido" e do Arquivo do Conde da Barca. No referido *site* encontram-se disponíveis as "Memórias Particulares de Inácio José Peixoto" (1808).

O Arquivo Distrital de Braga, que dá apoio técnico aos arquivos municipais do distrito, tem uma linha editorial própria com diversos títulos publicados e realiza regularmente actividades culturais como visitas de estudo, conferências e exposições.

De entre as iniciativas mais recentes deve salientar-se a edição de "Inéditos" matemáticos de José Anastácio da Cunha, acompanhada de exposição documental, como exemplo da colaboração que tem mantido com diversas Escolas e Institutos da Universidade do Minho.

Deve contudo referir-se que as suas instalações revelam-se exíguas, estando a capacidade dos depósitos completamente esgotada e causando sérias preocupações as condições ambientais e de conservação do edifício, bem como a preservação das espécies documentais, muitas delas fundamentais para a história nacional.

O equipamento informático é escasso e tende a tornar-se obsoleto, urgindo a sua substituição, bem como o recurso ao software adequado a uma instituição que deve privilegiar a sua relação com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Deve ser seriamente pensada a construção de um novo edifício para o Arquivo Distrital de Braga, que garanta as condições ideais de conservação e consulta de uma das mais importantes colecções documentais do país e permita aos cidadãos o direito de acesso a documentos que lhes são necessários.

Braga, 22 de Janeiro de 2007.

*Henrique Barreto Nunes*  
(Director do Arquivo Distrital de Braga)